**O DIREITO A LITERATURA E A IMPORTÂNCIA DE SUA INSERÇÃO NOS MATERIAIS DA EJA: DIÁLOGOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Jessica Machado de Sena e Silva - UERJ

Resumo: O presente estudo tem o intuito de revelar que a literatura é capaz de ampliar os horizontes dos jovens, adultos e idosos, possibilitando a compreensão de diferentes realidades. Freire (1996), enfatiza que a leitura e a escrita são essenciais para a emancipação e o empoderamento dos indivíduos. A pesquisa foi desenvolvida por revisão bibliográfica e a metodologia consiste na leitura do livro Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade, Hooks (2013), para entender a importância do diálogo e a pluralidade de materiais na construção de um ambiente educacional que promova liberdade e justiça. Seu objetivo principal é a tessitura de solidariedade perante a convivência nos espaços educativos da EJA, elucidando a importância da literatura nos seus materiais. A colocando na posição de aliada nos processos formativos frente às desigualdades sociais. Dialogando para uma Educação Antirracista.

Palavras Chaves: Literatura, EJA, Educação Antirracista.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o intuito de revelar que a literatura é capaz de ampliar os horizontes dos jovens, adultos e idosos, possibilitando a compreensão de diferentes realidades. Propondo a reflexão crítica sobre questões sociais, políticas e culturais.

Freire (1996), enfatiza que a leitura e a escrita são ferramentas essenciais para a emancipação e o empoderamento dos indivíduos. O estudo parte da premissa que a leitura é importante por desempenhar um papel essencial na construção da história universal. As obras literárias registram eventos históricos e sociais significativos, expondo uma perspectiva única sobre determinado período, intervindo na percepção de nação e identidade nacional.

Para Hooks (2013), a literatura nos oferece um espaço seguro para explorar as contradições e injustiças do mundo, permitindo-nos compreender melhor a complexidade da desigualdade e buscar uma mudança social significativa. A partir desse plano de fundo questionamentos foram surgindo: por que não pensar sua inserção na Educação de Jovens, Adultos e Idosos? Seguimos com a sentença de que a EJA deve ser capaz de assegurar o direito a leitura, ou seja, o direito básico do jovem ao idoso de ler. Langer (2002), aponta que a leitura de textos literários auxilia os estudantes a desenvolverem a habilidade de inferir, interpretar e analisar a linguagem em diferentes contextos. O estudo tem como objetivo principal ressaltar a importância da literatura nos materiais da EJA para além de ler, ou seja, ler, pensar e agir criticamente. De acordo com Noelman e Reimer (2003), a literatura estimula a imaginação e a criatividade, permitindo que os estudantes explorem diferentes possibilidades e perspectivas.

Levando para o âmbito do currículo, devemos defender diretrizes que incentivam a leitura, no sentido não restrito a fase de alfabetização. De contribuição para aprendizagens ao longo da vida destacamos a seguinte reflexão: quais teorias ainda estamos utilizando que não convida os idosos para uma reflexão de sua consciência política e mudanças do cotidiano? Do problema de pesquisa temos a desigualdade educacional no Brasil e o não acesso à leitura por parte da população desfavorecida economicamente. O apagamento de narrativas indígena e afrodescendente na construção da Literatura. Da motivação elencar com base na fundamentação teórica o valor da inserção de obras literárias para o crescimento de uma educação mais inclusiva que conecta os sujeitos a diferentes experiências e realidades. Sugestionar diálogos para uma educação antirracista repensando a imagem do herói branco, buscando representatividade e valorização das vozes excluídas na construção da História e dos canônicos da Literatura.

O referencial teórico base dessa pesquisa tem como ponto de partida Hooks (2017) por ter a literatura como aliada na busca por mudança social e combate às desigualdades. Thiong’o (1986) por nos convidar a perceber a literatura como meio de questionar as estruturas de poderes. Nolmer e Reimer (2003) e Langer (2002) por reconhecerem a literatura e os textos literários como maximizador dos saberes no cotidiano. Da metodologia, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica com base em sua fundamentação teórica. A leitura do livro Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade, Hooks (2013), feita em torno de 10 dias com a finalidade de entender a importância do diálogo e a pluralidade de materiais na construção de um ambiente educacional que promova a liberdade e justiça. A leitura do livro Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, Freire (1996), feita em torno de 15 dias com a finalidade de buscar subsídios de que a literatura pode ser uma forma de despertar o interesse pela leitura foram as principais motivações desse artigo.

Temos no Brasil a Lei n° 13.696/2018, conhecida como Lei Castilho, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita tendo de objetivo promover o acesso à leitura, a formação de leitores e incentiva à escrita em todo o território nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n° 9.394/1996, prevê a promoção da leitura como parte do currículo escolar.

Desde os anos 1960 e 1970 que surgiram teorias e abordagens pedagógicas que enfatizam a importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos. Mas, apesar do seu contexto histórico e leis vigentes a desigualdade escolar no Brasil ainda é uma realidade impactando drasticamente o acesso à leitura e a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 revela que a cerca de 11,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos, ou possuía baixa escolaridade, ou seja, não haviam concluído nem o ensino fundamental. Dialogando com as questões raciais temos o recorte do PNAD de 2022 que revela que o analfabetismo cai de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, mas segue maior entre pretos, pardos e idosos.

Entre pretos e pardos com 15 anos ou mais os números chegam a 7,4%. Já a faixa etária de 60 anos ou mais, salta para 23,3% entre pretos e pardos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, cerca de 29% dos brasileiros com 15 anos ou mais não possuem um livro em casa. Essa realidade evidência a desigualdade no acesso à leitura e a necessidade de políticas públicas específicas para os grupos afetados.

Buscando propor diálogos para uma educação antirracista partimos da premissa de que o silenciamento de povos ocorre quando pegamos uma determinada sentença e a colocamos no patamar de verdade absoluta. Do problema secundário temos o apagamento de narrativas pretas e indígenas na construção da História e seus impactos nocivos na Literatura. Temos como objeto a imagem do herói branco e de lacuna de pesquisa como a história desses grandes heróis foram legitimadas. Na antiguidade, muitas sociedades humanas desenvolveram figuras proeminentes e seguidas como líderes e exemplos a serem seguidos. Para costurar esse contexto, devemos levar em consideração a verdade como sendo relativa de acordo com quem detinha o poder. Essa suposta verdade era de acordo com quem estava no poder, e sua legitimação vinha de setores, povos e grupos que influenciavam na ascensão de potências políticas e econômicas.

Para atrasar os olhares e com o intuito de travar possibilidades o eugenismo ditava que o homem branco tem um padrão superior as outras etnias. Isso ocorre em parte devido ao legado do colonialismo, que promoveu e impôs uma visão eurocêntrica do mundo, excluindo outras vozes e perspectivas. De acordo com Thiong’o (1986), o apagamento da literatura afrodescendente é uma perpetuação do racismo estrutural e da exclusão histórica. O preconceito e o racismo podem ser encontrados na literatura intencional, das quais histórias acabavam sempre premiando o bom (o santo, o belo, o limpo atribuído ao branco) como foi o caso dos santos Agostinho e Benedito. E castigando o que é considerado mau (a imagem do preto perversamente relacionada à sensação de horror e ao selvagem). Nessas condições desiguais e discriminatória é comum ouvir referências errôneas e xenofóbicas de que “os franceses são cultos e civilizados” em oposição os angolanos como sendo “ignorantes e grosseiros”. Os indígenas como sendo povos que estão “na Idade da Pedra” e em estágio cultural atrasado. Segundo Smith (1999), a pesquisa acadêmica precisa reconhecer e respeitar as perspectivas indígenas. Dentro dessa ótica do homem branco como sendo herói assumindo o lado vencedor, se tentou embranquecer — tornar branco — diversas figuras importantes de todos os tempos, no Brasil tivemos o caso de Machado de Assis e na literatura universal tivemos o caso de Luís Dumas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema de pesquisa ampliou a compreensão da literatura na construção de saberes e conhecimento dos sujeitos. Dos benefícios pedagógicos, a literatura auxilia no desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Ao ler diferentes gêneros literários os estudantes aprimoram sua capacidade de compreensão, interpretação e expressão escrita. Através da discussão e interpretação das obras literárias, eles são estimulados a pensar e são ofertados diferentes pontos de vista. Outro benefício da literatura na formação da EJA é o resgate da imaginação e o estímulo a criatividade. As obras literárias despertam a capacidade de visualizar cenários, personagens e situações exercitando a imaginação e ampliação de suas habilidades criativas.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Por ser uma pesquisa em andamento, até o momento concluímos que a literatura antirracista é necessária e deve ter sua obrigatoriedade assegurada pela Lei 10.639/03 existir e ter completado 20 anos em vigência. Seu papel de resistência é de desconstruir narrativas dominantes que perpetuam estereótipos e opressão. Por meio de obras literárias podem ser exploradas histórias e visões de mundo que resgatam a dignidade e o protagonismo de grupos marginalizados desafiando as narrativas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf acesso em 27/07/2023.

Hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

Langer, J. A. (2002). Effective Literacy Instruction: Building Successful Reading and Writing Programs. Longman Publishing

Nodelman, P., & Reimer, M. (2003). The Pleasures of Children's Literature (3rd ed.). Boston: Allyn and Bacon.

PNAD Contínua 2022: “Precisamos identificar grupos mais afetados e desenvolver políticas específicas”: https://www.cenpec.org.br/noticias/pnad-continua-2022 acesso em 27/07/2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. London: Zed Books, 1999.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature. Londres: James Currey, 1986